

1 ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEIVAP, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2005, EM  
2 RESENDE – RJ. Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril de 2005, o Comitê para Integração da Bacia  
3 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, realizou a sua 2ª Reunião Extraordinária do ano de 2005, na  
4 cidade de Resende - RJ, no auditório da Associação Educacional Dom Bosco, estando presentes 52 membros,  
5 entre suplentes e titulares (ver lista de presença em anexo), com a seguinte ordem do dia: 1- Abertura; 2-  
6 Aprovação da ata da reunião anterior (de 31/03/05); 3- Aprovação do Estatuto da AGEVAP; 4- Aprovação da  
7 proposta de orçamento para 2006; 5- Assuntos gerais. Iniciando a reunião, o presidente do CEIVAP, Sr. Marco  
8 Aurélio de Souza (prefeito de Jacareí-SP), submeteu a Ata da reunião do dia 31 de março 2005 à aprovação do  
9 plenário. Depois de feitas as correções solicitadas – alteração do nome da Secretaria de Estado de Energia,  
10 Recursos Hídricos e Saneamento do Estado de São Paulo (linhas 23 e 24); correção do nome do cargo do Sr.  
11 Manoel Otoni Neiva (CFLCL-MG), eleito e empossado como 1º vice-presidente do CEIVAP (linha 180); e  
12 inclusão do nome de Vera Lúcia Teixeira (ong Nosso Vale!Nossa Vida - RJ) como integrante da comissão mista  
13 formada para tratar da cobrança pelo uso das águas transpostas do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu  
14 (linhas 104 a 113) – a referida Ata foi aprovada. Em seguida, o plenário referendou a alteração do Estatuto da  
15 AGEVAP, item previamente deliberado pela Assembléia Geral da AGEVAP, em reunião que antecedeu à do  
16 CEIVAP. Dando continuidade à reunião, o Sr. Marco Aurélio passou para o 4º item da pauta: aprovação da  
17 proposta de orçamento da AGEVAP para 2006, que foi apreciada pelos membros do Conselho de  
18 Administração e pelos associados da AGEVAP, na reunião e na assembléia geral realizadas pela manhã. O  
19 coordenador de gestão da AGEVAP, Sr. Hendrix L. Mansur, foi chamado para apresentar a proposta de  
20 orçamento. Ele informou que a previsão de receita para 2006 é de R\$ 12 milhões, que deverão ser transferidos  
21 para a AGEVAP através do Contrato de Gestão ANA-AGEVAP. E passou a discriminar a previsão de despesas,  
22 sendo R\$ 900.000,00 para ações de implantação e operação da Agência do Paraíba do Sul (os 7,5% autorizados  
23 por lei); R\$ 1.800.000,00 (15%) para ações prioritárias do contrato de Gestão - que ele explicou serem ações  
24 previstas nas metas do contrato de gestão, que a AGEVAP tem a obrigação de executar -; e o total de R\$  
25 9.300.000,00 (77,5%) a ser distribuído entre ações de gestão, de planejamento e estruturais (para ser,  
26 posteriormente, definido pelo CEIVAP quanto será destinado para cada uma destas três linhas de ações).  
27 Atendendo solicitação do presidente, o Sr. Hendrik discriminou o que vem a ser cada item das despesas, a saber:  
28 ações de implantação e operação da AGEVAP incluem as despesas com a manutenção e operação da Agência,  
29 tais como salários dos funcionários, conta de telefone, combustível, despesas de viagem, material de escritório,  
30 etc. Já as ações prioritárias do contrato de gestão, conforme explicado anteriormente, são ações previstas no  
31 Contrato de Gestão para o cumprimento das metas do contrato; como exemplo ele citou a revisão do Plano de  
32 Recursos Hídricos da Bacia, que é uma das metas do contrato, para 2005, e que implicará em despesas. E as  
33 ações de gestão referem-se a implantação de sistema de monitoramento, de sistema de informação,  
34 desenvolvimento de programas de comunicação, mobilização e educação ambiental; ações de planejamento são  
35 elaboração de projetos executivos; e ações estruturais são as obras para recuperação ambiental da bacia, tais  
36 como: instalação de sistema de esgotamento sanitário, obras de controle de erosão, reflorestamento, entre outras.  
37 Concluída a explanação do coordenador de gestão, o Sr. Hamilton Zanola (representante da Votorantin – SP)  
38 argumentou que o orçamento deveria especificar o valor destinado a cada uma das linhas de ação,  
39 separadamente. A Sra. Patrícia Boson (FIEMG-MG) explicou que o Conselho de Administração optou por uma  
40 dotação orçamentária mais ampla, menos específica, para se ter condição de fazer alterações de acordo com a  
41 realidade de 2006, considerando que a previsão de arrecadação de R\$ 12 milhões em 2006 pode não  
42 corresponder à realidade. Ela ponderou que, se forem definidos os valores para cada linha de ação  
43 separadamente, depois, caso não seja arrecadado o que está previsto, ou se não houver projetos para uma  
44 determinada linha, fica difícil transferir recursos de uma linha para outra, por se tratar de orçamento público. O  
45 Sr. Lincoln Botelho da Cunha (Prefeitura de Volta Redonda-RJ) discordou da colocação da Sra. Patrícia; na sua  
46 opinião, os orçamentos têm que ser o mais detalhado possível e não há nenhuma dificuldade em alterar  
47 orçamentos, caso necessário – há mecanismos para isso. Opinião endossada pelo Sr. Marcos Martinelli (SEAA-  
48 SP), que reforçou o parecer de que há dispositivos que permitem transferir os recursos de uma rubrica para  
49 outra. Sobre essa questão, a Sra. Marilene Ramos (SERLA-RJ) posicionou-se a favor de que o CEIVAP defina  
50 já, no orçamento a ser apresentado à Agência Nacional de Águas e ao Tribunal de Contas, os percentuais que  
51 devem ser destinados a cada linha de ação, priorizando as ações estruturais (tratamento de esgoto, controle de  
52 erosão, proteção de nascentes, reflorestamento), pois, na sua opinião, essas ações é que vão efetivamente garantir  
53 a melhoria da qualidade das águas da bacia do Paraíba do Sul. Ela lembrou que o CEIVAP já discutiu esse

54 assunto e foi proposto que 60% dos recursos da cobrança sejam destinado às ações estruturais; então, no seu  
55 entender, essa é uma diretriz já estabelecida pelo Comitê. A Sra. Marilene manifestou-se a favor de que esse  
56 percentual seja mantido, mesmo que não haja projetos de ações estruturais; no caso de não haver projetos, ela  
57 propõe que se deixe o recurso acumular, reservando-o para esse fim; e que essa medida seja tomada  
58 conjuntamente com outra, qual seja: a realização, pela coordenação técnica da AGEVAP, de ações para  
59 incentivar, apoiar e orientar as prefeituras na elaboração de projetos executivos para ações estruturais. Então o  
60 recurso fiaria aplicado no mercado financeiro e seria dado o prazo de um ano para os municípios elaborarem  
61 seus projetos. A representante da SERLA concluiu sua fala dizendo que, se não for assim, corre-se o risco de  
62 acabar gastando-se todo o dinheiro da cobrança em realização de seminários e outros eventos que não vão,  
63 efetivamente, despoluir a bacia do rio Paraíba do Sul. A Sra. Maria Aparecida Pimentel Vargas (CAT-LEO –  
64 MG) lembrou que, na reunião plenária realizada em 17/12/2004, em Muriaé – MG, o CEIVAP aprovou que, dos  
65 92,5% dos recursos destinados às ações para recuperação da bacia (já subtraído o percentual de 7,5% para  
66 administração da Agência), 60% seria para ações estruturais, 20% para ações de planejamento e 20% para  
67 ações de gestão. Depois foi aprovada uma alteração ao que fora definido anteriormente, diante da necessidade de  
68 se destinar um recurso para as ações prioritárias previstas no contrato de gestão; então ficou fixada assim a  
69 distribuição dos recursos, percentualmente: 7,5% para custeio da Agência; 20% para ações prioritárias previstas  
70 no contrato de gestão; 14,5% para ações de planejamento; 14,5% para ações de gestão; e 43,5% para ações  
71 estruturais. A representante da CAT-LEO considerou que talvez ainda seja preciso rever esses percentuais, mas  
72 que isso só será possível depois que houver uma previsão de arrecadação mais próxima da realidade. Ela afirmou  
73 que, de qualquer forma, o CEIVAP deverá trabalhar com percentuais o mais próximo possível do que foi  
74 aprovado na reunião de Muriaé. A Sra. Patrícia Boson chamou a atenção do plenário para o fato, que ela  
75 considera preocupante, de que a AGEVAP está com R\$ 6 milhões em caixa, imobilizados, aplicados no mercado  
76 financeiro, recurso que não estão sendo utilizado para a recuperação da bacia, como manda a lei, por falta de  
77 projeto, ou por inadimplência dos usuários beneficiários. Ela alertou que isso pode ser motivo de ação judicial e  
78 até de suspensão da cobrança. A Sra. Patrícia concluiu dizendo que, se não há projetos de ações estruturais, que  
79 se aplique os recursos em outras ações. O presidente Marco Aurélio retomou a palavra para apresentar as  
80 propostas a serem colocadas em votação: primeira, que o orçamento seja aprovado como está, para ser enviado à  
81 ANA e ao Tribunal de Contas e, em outro momento, o CEIVAP decide internamente qual o percentual será  
82 destinado a cada linha de ação; segunda, que o orçamento seja desdobrado. O plenário aprovou a primeira  
83 proposta: aprovação do orçamento como está. Na sequência, o presidente do CEIVAP comunicou ao presidente  
84 do Conselho de Administração da AGEVAP, Sr. João Carlos Rodrigues (FIESP-SP), a relação das instituições  
85 que não são mais membros do CEIVAP - por não integrarem a nova composição eleita para o mandato de 2005-  
86 2007 -, para as devidas providências relativas à sua exclusão do quadro de associados da AGEVAP, já que, pelo  
87 Art. 4º do Estatuto da AGEVAP, só podem se associar os membros do CEIVAP. O presidente do Conselho de  
88 Administração fez, então, o encaminhamento de exclusão da AGEVAP das seguintes instituições: Companhia  
89 Manufatora de Tecidos de Algodão (MG), Associação Brasileira de Recursos Hídricos – seção Minas Gerais,  
90 ong Vale Verde (SP), Companhia Açucareira Paraíso (RJ) e Basf S.A.( RJ) que, a partir dessa indicação,  
91 automaticamente, deixam de fazer parte da AGEVAP. A seguir, o Sr. João Rodrigues comunicou as solicitações  
92 de admissão: Instituto de Pesquisas Avançadas em Economia e Meio Ambiente, Itaocara Energia Ltda., Águas  
93 do Paraíba S.A., Associação dos Usuários das Águas do Médio Paraíba do Sul, Sociedade de Estudos e  
94 Pesquisas em Ecossistemas Aquáticos, Universidade Presidente Antônio Carlos, Serviço Autônomo de Água e  
95 Esgoto de Guaratinguetá, Prefeitura Municipal de Rodeiro e Prefeitura Municipal de Tocantins. O presidente do  
96 Conselho de Administração comunicou que todas as solicitações de admissão foram atendidas, exceto a da  
97 prefeitura de Rodeiro, porque esta não faz parte do CEIVAP, por isso não tem direito a pleitear uma vaga na  
98 AGEVAP; também a prefeitura de Tocantins não foi admitida porque, para isso, deve apresentar uma lei  
99 municipal autorizativa. Ele informou que, com as 5 exclusões e as 7 novas associações, a AGEVAP passa a  
100 contar agora com 41 associados, quantidade ainda pequena, segundo ele, quando comparado com a totalidade de  
101 membros do CEIVAP. O Sr. João Rodrigues aproveitou para informar que qualquer membro do Comitê pode, a  
102 qualquer momento, solicitar sua associação na AGEVAP, bastando, para isso, preencher um formulário padrão  
103 que se encontra à disposição na secretaria da AGEVAP; ele lembrou que as prefeituras devem apresentar a lei  
104 municipal de autorização para se associar. Em assuntos gerais, a Sra. Patrícia Boson fez um informe sobre a  
105 situação do pagamento pelo uso da água pelas hidrelétricas (que já pagam desde 2000). Ela informou que, para  
106 2005, está prevista uma arrecadação de R\$ 6 milhões; esse dinheiro, conforme a Lei Federal nº 9984, que

107 instituiu a cobrança das hidrelétricas, deve ir para a Agência Nacional de Águas para incrementar o sistema de  
108 gestão de recursos hídricos. Segundo ela, desse dinheiro, apenas R\$ 2 milhões estão na previsão do orçamento da  
109 União para ir para ANA – isso significa um corte de quase 80% no orçamento da ANA, o que deixa o órgão sem  
110 recursos para implementar a cobrança pelo uso da água em outras bacias. Além disso, ela observou que o fato do  
111 recurso arrecadado pelas hidrelétricas não ser repassado para a ANA para aplicação na bacia de origem, fere a lei  
112 e abre precedente para os usuários pagadores da bacia questionarem a cobrança judicialmente. Isto posto, a Sra.  
113 Patrícia propôs que saísse daquela reunião plenária uma moção aos deputados do Congresso Nacional – onde  
114 naquele momento estava sendo votada a Lei do Orçamento – ,solicitando que a fonte 134 (que é a fonte que  
115 recebe os recursos oriundos dos recursos hídricos) seja tirada da reserva de contingenciamento. O presidente  
116 Marco Aurélio colocou em votação a moção, que foi aprovada. Na sequência, o diretor da AGEVAP, Sr. José  
117 Leomax dos Santos informou que está concluído o ato convocatório para o projeto de esgotamento sanitário de  
118 Barra Mansa – RJ, e que o valor da proposta vencedora da licitação é maior do que está previsto na proposta  
119 orçamentária da AGEVAP do ano de 2005; o diretor solicitou, então, o posicionamento do CEIVAP sobre a  
120 possibilidade de complementação dos recursos destinados à prefeitura de Barra Mansa, para que o projeto possa  
121 ser feito. Em seguida, o Sr. Leomax passou a palavra ao coordenador técnico da AGEVAP, Sr. Flávio Simões,  
122 para que este apresentasse o levantamento feito para avaliar se o projeto de Barra Mansa não estaria sendo  
123 supervalorizado. O coordenador informou que o valor deliberado pelo CEIVAP para o projeto de Barra Mansa é  
124 de R\$ 472 mil e a proposta da Aquacom e da Conem (as duas empresas habilitadas no processo de licitação) é no  
125 valor de R\$ 770 mil e de R\$ 693 mil, respectivamente. A AGEVAP solicitou às empresas uma revisão dos  
126 valores, para ver se chegava ao valor de R\$ 472. Chegou-se a uma proposta final da Aquacom de R\$ 675 mil e  
127 da Conem, de R\$ 658 mil, que acabou baixando para R\$ 649 mil. O Sr. Flávio disse ter feito uma análise  
128 comparativa de custos com projetos similares, em andamento em Volta Redonda; enquanto no projeto de Barra  
129 Mansa está previsto a instalação de três Estações de Tratamento de Esgoto - ETEs, para atender 170 mil  
130 habitantes, em Volta Redonda o projeto é para apenas uma ETE, para atender 100 mil habitantes; em Barra  
131 Mansa estão previstas a instalação de 11 estações elevatórias e em Volta Redonda, 6; e o custo do projeto de  
132 Barra Mansa é de R\$ 649 mil (valor da Conem) e o de Volta Redonda (projeto feito pela COPTEC), o custo é de  
133 R\$ 736; ou seja o serviço que vai ser executado em Barra Mansa é bem maior e com valor menor. O Sr. Flávio  
134 disse que era preciso considerar, ainda, que o valor de R\$ 472 mil definido pelo CEIVAP foi orçado há dois  
135 anos, estando, portanto, defasado. Concluindo, o Sr. José Leomax fez o encaminhamento de uma proposta de  
136 deliberação do CEIVAP para complemento do recurso para o projeto de esgotamento sanitário de Barra Mansa.  
137 O presidente Marco Aurélio colocou em votação o aditamento do recurso, que foi aprovado. Ainda em assuntos  
138 gerais, a Sra. Ninon Machado Franco (Instituto IPANEMA – RJ) colocou em discussão a questão do pagamento  
139 da ajuda de custo aos representantes das organizações civis, para participação nas reuniões, conforme está  
140 previsto no estatuto da AGEVAP e pediu ao plenário que desse uma orientação no sentido de começar a ser  
141 cumprido o que está no estatuto. O presidente do Conselho de Administração da AGEVAP, Sr. João Rodrigues,  
142 fez uma explanação sobre o assunto, lembrando que o Conselho de Administração e a Assembléia da AGEVAP  
143 aprovaram uma proposta de pagamento de ajuda de custo para participação da sociedade civil. Ele explicou que  
144 agora esta proposta tem de ir para a análise das Câmaras Técnicas do CEIVAP, que deverão, depois, encaminhar  
145 uma proposta de deliberação para o CEIVAP. A sra. Ninon, então, solicitou ao plenário do CEIVAP que oriente  
146 as Câmaras Técnicas para que esse assunto seja incluído na pauta da próxima reunião das Câmaras. A  
147 representante do Instituto IPANEMA solicitou informações sobre o andamento do Projeto de Recomposição das  
148 Matas Ciliares da Bacia do Paraíba do Sul, gerenciado pelo IBAMA, o qual, segundo ela foi informada, será  
149 elaborado pelo IBAMA e apresentado para as CTs do CEIVAP, para depois o Comitê referendar. A sra. Nino  
150 manifestou sua discordância desse procedimento, pois, no seu entender, o projeto tem que ser formatado de  
151 acordo com o Plano da Bacia e deve partir do CEIVAP para o IBAMA e não o contrário. Ela encerrou sua fala  
152 dizendo que a gestão da bacia é feita aqui no CEIVAP. O coordenador técnico da AGEVAP, Sr. Flávio Simões,  
153 informou que o CEIVAP tem participado de todas as reuniões realizadas para discussão desse projeto; trata-se de  
154 uma iniciativa do IBAMA em parceria com a Petrobrás, que vai repassar para a bacia R\$ 6 milhões para serem  
155 investidos na recomposição de suas matas ciliares. O Sr. Flávio explicou ainda que o projeto está sendo  
156 elaborado dentro do Plano de Bacia do CEIVAP, que foi disponibilizado para as diversas câmaras de discussão  
157 do projeto; o IBAMA já manifestou sua intenção de trazer o projeto para discussão das Câmaras Técnicas do  
158 CEIVAP. Encerrado esse assunto, o Sr. Cândido Menconi (Kaiser) solicitou que o plenário do CEIVAP seja  
159 informado sobre o andamento dos trabalhos da Comissão mista que foi formada para discutir a cobrança pelo

160 uso das águas transpostas do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu. O diretor da GEVAP, Sr. José  
161 Leomax,, informou que já existe uma minuta de deliberação elaborada por essa comissão, que ele considera uma  
162 proposta muito avançada, que, inclusive, já foi apresentada ao Comitê do Guandu, o qual manifestou-se  
163 favorável à mesma, propondo algumas pequenas alterações; ele assegurou que, dentro do prazo de 6 meses  
164 estipulado em deliberação do CEIVAP, a proposta de deliberação sobre a cobrança da transposição será  
165 apresentada para apreciação e aprovação do plenário. O Sr. João Rodrigues que, na reunião do Conselho de  
166 Administração realizada na parte da manhã, pedira demissão do cargo de presidente do referido Conselho,  
167 solicita que seja marcada a data da próxima reunião do Conselho, no mês de maio, para escolha do novo  
168 presidente, que deverá substituí-lo. O presidente Marco Aurélio encerrou a reunião agradecendo o Sr. João Carlos  
169 Rodrigues que está deixando a AGEVAP por motivo de promoção empresarial – o que o deixa sem condições  
170 para se dedicar ao trabalho na presidência do Conselho. O presidente do CEIVAP parabenizou o Sr. João  
171 Rodrigues e declarou que, se hoje o rio Paraíba do Sul está menos poluído, é graças ao CEIVAP e à AGEVAP;  
172 e completou dizendo que hoje já podemos ver frutos concretos do trabalho do Comitê e João Rodrigues tem uma  
173 parcela importante de contribuição nesse processo. O Sr. João Rodrigues declarou estar muito contente por estar  
174 saindo no momento em que acabou de ser inaugurada a primeira obra realizada com recursos da cobrança pelo  
175 uso da água (referindo-se à inauguração da ETE de Jacareí, inaugurada no dia 28/04). Ele agradeceu a todos os  
176 companheiros desejando sucesso no trabalho e colocando-se à disposição para continuar ajudando, agora como  
177 membro da Câmara Técnica Institucional, onde continuará participando. Encerradas as falas, o presidente Marco  
178 Aurélio agradeceu a presença de todos os membros da Plenária, das autoridades e dos demais convidados, e  
179 declarou encerrada a reunião, tendo a presente ata sido lavrada por mim, Virgínia Dias Calaes, secretária *ad hoc*,  
180 e assinada pelo presidente e pelo secretário executivo.

181  
182  
183 Marco Aurélio de Souza  
184 Presidente do CEIVAP

João Carlos Rodrigues  
Secretário Executivo do CEIVAP

185  
186 Resende, 29 de abril de 2005

187  
188 **LISTA DE PRESENÇA:**

189 Altamirando Fernandes Moraes (SERLA-RJ), Lincoln Botelho da Cunha (Prefeitura de Volta Redonda-RJ),  
190 Rosane Pereira (Prefeitura de Piraí-RJ), Madalena Sofia Ávila Cardoso Oliveira (Prefeitura de Barra do Piraí-  
191 RJ), Vera Lúcia Teixeira (Ong Nosso Vale!Nossa Vida-RJ), Ninon Machado Franco (Instituto IPANEMA-RJ),  
192 José Alfredo Charnaux Sertã (ABES-RJ), Jander Duarte Campos (ABRH-RJ), Paulo César Moreno (Águas do  
193 Paraíba S.A.-RJ), Isabel Cristina da Silva (SAAE de Volta Redonda-RJ), Leila Heizer (CEDAE-RJ), Renine  
194 César de Oliveira (SAAE de Barra Mansa-RJ), Maria Cristina Yuan (IBS-RJ), Fernando José Lino do  
195 Nascimento (Light-RJ), Luiz Roberto Gonçalves Rios (representando a Itaocara Energia-RJ, por procuração),  
196 Edilson de Paula Andrade (SEERHS-SP), Marcos Martinelli (SEAA-SP), Lúcia Bastos Sena (SEMA-SP), Alex  
197 Vilar Ferreira (representando a Prefeitura de Piquete-SP, por procuração), Eduardo Predoza Cury (Prefeitura de  
198 São José dos Campos-SP), Davi Lino Monteiro (ABES-SP), Andréa Francomano (Associação dos Advogados  
199 de São José dos Campos-SP), Mônica Dias Delgado (SEPEA-SP), Maria Regina Aquino Silva (Fundação  
200 Valeparaibano de Ensino-SP), Cândido Menconi (Kaiser-SP), Hamilton Zanola (Votorantin- SP), Mário Leonel  
201 Regazzini (EMBRAER-SP), José Bosco F. de Castro (SABESP-SP), Pedro Pinheiro do Prado (Sindicato Rural  
202 de Monteiro Lobato-SP), João Alberto Cardoso de Oliveira (CESP-SP), Renan Caratti Alves (SAAE de Jacareí –  
203 SP), André Luiz de Paula Marques (SAAE de Guaratinguetá-SP), Luciano Stehling (Prefeitura de Juiz de Fora-  
204 MG), João Gomes Júnior (representando a prefeitura de Ubá-MG, por procuração), Humberto Ferreira de  
205 Oliveira (Consórcio do Pomba-MG), Antônio José Rodrigues Caldas Francisco (Consórcio do Muriaé-MG),  
206 Lúcia Helena Baldanza ( UNIPAC-MG), Georgina Maria de F. Mucci (FUNCEC-MG), Galba Rodrigues Ferraz  
207 (OAB-Cataguases-MG), Patrícia Boson (representando a FIEMG-MG, por procuração), José Luiz de Barros  
208 (representando a Belgo Siderurgia S.A.-MG, por procuração), Flávio Wilson Abdala do Amaral (Rodoviário  
209 Líder-MG), Lilio dos Santos (Itatiaia Móveis-MG), Maria Aparecida Muruci Montiero (representando o  
210 DEMSUR-Muriaé-MG, por procuração), Marcelo Mello do Amaral (CESAMA - Juiz de Fora-MG), Maria  
211 Aparecida Borges Pimentel Vargas (representando a Valesul Alumínio S.A.-MG , por procuração), Valéria  
212 Almeida de Faria (CEMIG-MG), Maria Aparecida Vargas (CAT-LEO-MG).

213  
214